

Construções relativas nas variedades do português:
uma interpretação discursivo-funcional
*Relative constructions in Portuguese varieties: a
functional-discursive interpretation*

Roberto Gomes Camacho
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Brasil
camacho@ibilce.unesp.br

Resumo: Este trabalho examina as construções relativas nas variedades lusófonas, partindo do princípio de que o português dispõe de um conjunto de estratégias de relativização que são reconhecidas na tipologia linguística como construções que definem grupos aparentados de línguas. Postula-se que essas diferentes estratégias, quando empregadas pelo mesmo sistema linguístico, não constituem realmente variantes de uma mesma variável sintática, mas escolhas reais do falante diante da necessidade de exercer diferentes funções discursivas e sociais.

Palavras-chave: funcionalismo; estratégias de relativização; relativa cortadora, relativa copiadora

Abstract: This work examines relative constructions in Portuguese varieties based on the principle that Portuguese has a set of relativization strategies that are recognized in typological linguistics as constructions that define related groups of languages. It is postulated that these different strategies, when employed by the same linguistic system, do not really constitute variants of the same syntactic variable, but they are the speaker's actual choices facing the necessity to perform different social and discursive functions.

Keywords: functionalism; relativization strategies; prepositional phrase chopping; resumption.

Palavras iniciais

No português falado, a construção de uma oração relativa envolve, logo de saída, três aspectos relevantes: (a) a seleção do conectivo; (b) o emprego de preposições nos casos em que elas são requeridas; (c) a marcação adicional de caso semântico.

Quanto à escolha do conectivo, uma relativa de genitivo, por exemplo, pode implicar tanto a escolha de um pronome relativo, que já estabelece simultaneamente a função de possuidor em (1a), quanto o uso de uma estratégia mais direta com um complementizador, ou conjunção simples, acompanhado ou não de um SP de posse na posição canônica pós-nuclear em (1b).

- (1) a. Deixei a carta com o menino **cujo pai** trabalha no correio.
- b. Deixei a carta com o menino **que** o pai (**dele/Ø**) trabalha no correio.

Quanto ao emprego de preposições, elas podem ser requeridas em funções sintáticas de dativo e de oblíquos em geral, tornando visível, simultaneamente, a marcação dessas funções sintáticas e respectivas funções semânticas. Podem ser alternativamente apagadas com a inserção simultânea de um complementizador e copiadas ou não na posição canônica logo após o predicado.

O primeiro caso, incluído em (2a), identifica a variante padrão; o segundo caso, incluído em (2b), identifica uma variante copidora; finalmente o terceiro caso, incluído em (2c), identifica uma variante cortadora. A cortadora é similar à estratégia, que relativiza as posições de sujeito e de objeto (Tarallo, 1983). A diferença entre as duas está na opção pela presença ou pela ausência do pronome-lembrado nos contextos de correferência.

- (2) a. A menina **de quem** você gosta mora na casa da esquina.
- b. A menina **que** você gosta **dela** mora na casa da esquina
- c. A menina **que** você gosta mora na casa da esquina

Em todos os casos em que estiver inserido, o pronome cópia ou pronome-lembrado de (1b) e de (2b) recupera o caso sintático e o caso semântico não-marcado na posição do relativo (Faria e Duarte, 1989; Kato, 1996).

Embora incomuns, as construções que relativizam posições de sujeito e de objeto podem alternar com a estratégia copidora, conforme visto em (3a e 3b), fenômeno que poderia representar um reflexo de construções simples de Tópico, denominadas por Kato (1996) “Deslocamento à Esquerda”, como as de (4a e 4b).

- (3) a. Aquela menina [**que ela** está sempre apressada] acabou de perder o ônibus.
b. Aquela menina [**que** você viu **ela** no cinema] está sempre apressada.
- (4) a. **Aquela menina, ela** está sempre apressada.
b. **Aquela menina**, você viu **ela** no cinema¹.

Uma comparação entre a estratégia de pronomes relativos em (2a) e a estratégia copiadora em (2b) revela que esta é mais eficaz do que aquela nas línguas que a contêm, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977).

- (5) SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e mais rara tipologicamente. A estratégia cortadora é usada mais frequentemente na relativização de relações gramaticais de sujeito e objeto, enquanto a de retenção pronominal se aplica às relações gramaticais de oblíquo para baixo na hierarquia. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

O trabalho pioneiro sobre as relativas não-padrão no português brasileiro (PB) foi realizado por Mollica (1977), mas é principalmente Tarallo (1983) que tem sido referência, ou ponto de partida obrigatório, para quem se interessa por estudar a oração relativa no PB e nas demais variedades do português. Seu estudo seminal tem inspirado outros trabalhos sobre as estratégias de relativização, como os de Longo (1994), Kato (1996) e Kato, Braga *et alii* (1996), em que, ou se desenvolveram aspectos relevantes, pouco explorados por Tarallo (1983), ou se postularam interpretações diferentes para o sistema de relativização do PB. Na linguística portuguesa, destacam-se Brito (1991) e Raposo (1992) e Brito e Duarte (2003).

Todos esses estudos que se seguiram cronologicamente ao de Tarallo (1983) – bem como o próprio – enquadram-se no paradigma gerativo. A esse propósito, vale lembrar que os estudos gerativos debruçam-se exclusivamente sobre a

¹Essas alternantes copiadoras de relativas de sujeito e de objeto fornecem uma evidência segura para considerar o elemento conectivo *que* como um Marcador de Relativização (Dik, 1997), interpretação atribuída, mais adiante, ao mesmo conectivo em construções cortadoras e copiadoras de posições preposicionadas.

natureza sintática das orações, circunscrevendo-se, no estudo das relativas, às restritivas e às livres.

Pouco espaço é, em geral, destinado ao estudo das apositivas ou não-restritivas, justamente pelo fato de a teoria gerativa não ter a preocupação de ver a língua enquanto discurso, mas somente enquanto estrutura formal. Além disso, essa abordagem pressupõe o deslocamento de constituintes ao longo da estrutura formal, forma de representação não admitida por teorias funcionais, como a Gramática Discursivo-funcional².

A abordagem funcional implica extrapolar os limites de mesmo fenômeno expandindo-os para além das relações formais ou morfossintáticas. Essa ampliação considera relevantes as motivações pragmáticas e semânticas, entendidas como pertencentes ao Nível Interpessoal e ao Nível Representacional na concepção de gramática proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Uma hipótese que pretendo discutir neste trabalho é a existência de uma possível aproximação semântica e morfossintática entre cortadoras e copiadoras e subordinadas completivas. Essa aproximação se assenta teoricamente, como se verá mais adiante, na diferença conceitual entre as relações núcleo-modificador e núcleo-dependente (Hengeveld e Mackenzie, 2008), o que envolverá, por princípio, uma discussão detalhada das diferentes estratégias em uso.

Os dados de base foram recolhidos da amostra do Projeto Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009). Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada* (Bacelar, 2006).

O corpus oral é essencialmente constituído por discurso informal – conversas espontâneas mas também por algum discurso formal – entrevistas de rádio e discursos políticos. Contém transcrições de 80 gravações, 45 de homens e 35 de mulheres. Do total deste corpus, 80% dos informantes têm um nível de escolaridade médio ou superior e 20%, um nível de escolaridade primário.

Os dados de base sobre as relativas extraídas dessa Amostra compreendem um total de 916 ocorrências, que foram estatisticamente processadas pelo pacote estatístico Goldvarb (Sankoff, Tagliamonte e Smith, 2005).

²Apesar do tom caracteristicamente transformacional, emprego aqui as expressões “copiadora” e “cortadora” em função de seu uso generalizado na literatura linguística. Outro termo amplamente usado aqui é “estratégia”, herança da perspectiva tipológica de Keenan e Comrie (1977).

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: a seção 1, que abre o trabalho, fornece uma visão resumida do suporte teórico, a Gramática Discursivo-Funcional; a seção 2 fornece dados estatísticos exaustivos sobre as construções da amostra, iniciando-se com a distribuição das estratégias de relativização (2.1) para passar, em seguida, ao tratamento da distribuição das estratégias por posição relativizada (2.2) e das posições preposicionadas em relação às estratégias copiadora e cortadora (2.3). A seção 3 faz uma interpretação morfossintática, postulando uma similaridade possível entre relativas cortadoras e completivas. Feita a descrição, as Palavras Finais trazem algumas generalizações e implicações teóricas.

1 Suporte teórico: a Gramática Discursivo-Funcional

A finalidade desta seção é introduzir alguns postulados da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) que permitam fornecer os fundamentos necessários para a discussão das estratégias de relativização. A Figura 1 representa a arquitetura geral do modelo, conforme aparece proposta em Hengeveld e Mackenzie (2008).

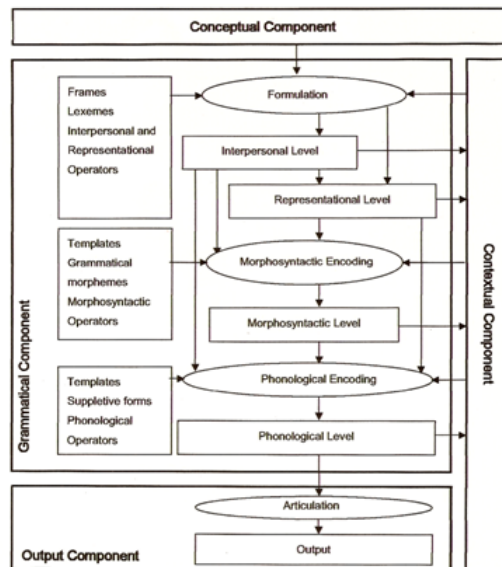


Fig. 1: Esquema Geral da GDF (Hengeveld e Mackenzie, 2008: 13).

A GDF consiste num modelo descendente (top-down), o que significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de

uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente por que passa a mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical que, por sua vez, fornece a entrada para o Componente de Saída, onde a mensagem é finalmente articulada.

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

As elipses da Figura 1 representam as operações de Formulação e de Codificação e os retângulos, os níveis estruturais. Os quadrados à esquerda da Figura 1 contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível. Toda língua tem esses primitivos, mas cada qual dispõe de seu próprio inventário; assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de Formulação, a mensagem, pré-linguisticamente construída, converte-se nos primitivos dos dois níveis mais altos, o Nível Interpessoal e o Nível Representacional. O primeiro atribui à mensagem informação tipicamente pragmática, enquanto o segundo trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística. Enquanto o Nível Interpessoal cuida da evocação, o Nível Representacional é responsável pela designação. Essa definição restringe o uso de *semântica* aos mecanismos mediante os quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve.

Um conjunto relevante de primitivos envolvidos com esses dois níveis, os Moldes (Frames), define as combinações possíveis de lexemas. Além disso, todos os níveis, inclusive os dois superiores, fazem uso de Operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam às unidades de seu respectivo nível.

Na operação de Codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na Formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos.

Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas e a codificação fonológica converte as unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

Para finalizar esta seção, pode-se acrescentar que Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é uma teoria de base tipológica, que, ao assumir uma organização descendente, alcança adequação psicológica e que, ao assumir o Ato Discursivo como unidade básica de análise, alcança adequação pragmática. Embora seja estritamente um modelo de gramática, a GDF é projetada para interagir com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída, de modo a aumentar sua compatibilidade com uma teoria mais ampla da interação verbal, o que lhe imprime um formato teórico ao mesmo tempo estrutural e funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2006; 2008).

2 A distribuição quantitativa das estratégias na amostra

2.1 *As estratégias de relativização nas variedades lusófonas*

A distribuição das estratégias nas variedades lusófonas será discutida em relação à distribuição às variedades do português e às posições sintáticas que caracterizam a Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). A finalidade específica desse tipo de distribuição é verificar se a hierarquia de acessibilidade tem algo a ver com a distribuição das estratégias nas variedades.

De um ponto de vista tipológico, Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem quatro estratégias usadas para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, conforme o tipo de relação de correferência entre o núcleo e a variável relativizada: (i) de lacuna (*gap*), (ii) de retenção pronominal (*pronoun-retention*), (iii) de pronome relativo (*relative pronoun*) e (iv) de não-redução (*non-reduction*). O português dispõe da estratégia de pronome relativo como formas padrão (2a acima) e duas alternantes não-padrão, que poderiam ser identificadas como estratégia de retenção pronominal, identificada por Tarallo (1983) como variante copidora (2b) e a estratégia de lacuna (2c), identificada por ele como variante cortadora.

Na relativa de lacuna (*gap*), o elemento que introduz a relativa é um complementizador (COMP), morfofonologicamente realizado ou não, e a posição do elemento relativizado se mantém vazia. Segundo Comrie (1989), o tipo de lacuna é o menos explícito por não fornecer nenhuma indicação do papel do núcleo dentro da oração relativa. A interpretação gerativa, especialmente a de Brito (1991), reconhece um tipo lacunar de relativização no português, nas posições de SU e de OD, com a posição de COMP obrigatoriamente

realizada, conforme (7ab), e em Inglês, nas mesmas posições sintáticas, mas com realização opcional do COMP na relativa de OD, conforme (6c)³.

- (6) a. fiquei ali durante... todo o tempo que pude, a assistir àquele espetáculo de água [**que** caía], depois acabei por apanhar sono, e eu estava um pouco deslocado, eh, em relação à porta. (Moç86:Chuva)
- b. hoje, acho que se, muitas coisas [**que** eu fiz], talvez não fizesse, se voltasse ao ensino. (To-Pr96:SerProfessor)
- c. The girl [Miss Edge coached] won the game. (Adaptado de Song, 2001: 216)

A estratégia de retenção pronominal envolve o uso de um pronome pessoal na oração restritiva, correferencial ao núcleo nominal antecedente; desse modo, a referência ao núcleo nominal na oração principal é retomada por essa forma pronominal apropriada, como se vê no exemplo (7).

- (7) Gilbertês (Song, 2001: 216)

te mane are oro-ia te aine
the man that hit-him the woman

'o homem em quem a mulher bateu'

Pode aproximar-se dessa configuração o uso de pronomes pessoais em associação a um complementizador invariável no PB. Com efeito, na interpretação de Tarallo (1983) e Brito (1991), a relativa copiadora, que se vê em (8a), é justamente uma combinação da estratégia de retenção pronominal com um complementizador, não com um verdadeiro pronome relativo, cujo emprego ficaria restrito à variante padrão. Ocioso dizer que, como construção alternante, essa estratégia dispõe de uma relativa cortadora, que é ilustrada pelos exemplos (8b-c).

- (8) a. e então, peixe que ficou hoje [**que** o pescador luta **com ele**], mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (To-Pr96:Pesca).

³Tarallo (1983) também identifica relativas de sujeito e de objeto direto com o tipo lacunar. A interpretação que dirige essa identificação, gerativa na origem, é a de que o SN deixa uma lacuna *in situ* nas posições de sujeito e de objeto.

- b. e então, peixe que ficou hoje [**que** o pescador], mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (To-Pr96:Pesca).
- c. e transferi-los para uma zona ecológica [**que** eles não estão **habitados**], a primeira coisa que eles vão fazer é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer. (Ang97:Guerra e Ambiente)

A estratégia de não-redução, que não existe em português, refere-se à expressão completa do núcleo nominal no interior da oração relativa, conforme mostra o exemplo (9).

- (9) Dieguenho (Comrie, 1989:145)

təɲay ʔwa: ʔwu:w -pu -ly ʔciyawx
ontem casa 1SG-ver DEF LOC 1SG-cantar

'Eu cantarei na casa que eu vi ontem'

Já a estratégia do pronome relativo é empregada quando pronomes especiais, os pronomes relativos, que em geral são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e interrogativas, são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração relativa. Na interpretação gerativa, o pronome relativo, que é precedido ou não de preposição, encontra-se ligado a uma categoria vazia deixada na posição de origem do movimento-Q. O português dispõe dessa estratégia no uso padrão, como mostram (10a-d). Apesar de aparecer *que*, a preposição que o rege na posição de início da relativa torna visível a função semântica temporal (10c) e locativa (10d) do SP relativizado; nos exemplos (10a) e (10b), ao reger o pronome *quem*, tipicamente [+humano], a preposição torna visíveis as funções semânticas Assunto e Comitativo.

- (10) a. quem é que vai realizar esses estudos? ah, **Lavoisier**, [**de quem** já vos falei,] o francês que foi considerado o, o pai da, da nutrição, e que morreu na revolução francesa... (PT89:PaiMedicina)
- b. se eu vivesse com mais alguém acho que esse dinheiro, di[...], dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a **pessoa** [**com quem** eu vivesse] e para o meu filho. (Ang97:O Jovem Gaspar)
- c. mas olhando para **esse momento** [**em que** as pessoas já estão a despertar a atenção nisso,] nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva (Moç97:SentimentoDesporto)
- d. agora imagine o que se passa **no Rwanda** [**em que** são milhões de pessoas que se deslocam e ficam concentradas durante meses no mesma região] (Ang97:Guerra e Ambiente)

A estratégia padrão contida em (10a-d) é conhecida na literatura como relativa “pied-piping” (*prepositional pied-piping*). Línguas como o inglês, que admitem a ocorrência de “encalhamento” de preposições (*preposition stranding*), sem o movimento consequente do SP em sentenças com palavras-Q, dispõem ainda de uma estratégia adicional contida em (11b-c). Essas construções, possivelmente variantes da estratégia de retenção pronominal, em que o complementizador pode manifestar-se (11b) ou não (11c), contrastam, ambas, com a relativa *pied-piping* contida em (11a), que não ocorre em situações comuns de uso no inglês.

- (11) a. This is **the book** [**about** wich I told you.]
 b. This is **the book** [**that** I told you **about**.]
 c. This is **the book** [I told you **about**.]

As estratégias de lacuna, quando aplicadas às posições de sujeito e de objeto, sem pronome-lembrete adicional, e a de pronome relativo, quando aplicadas especialmente a posições relativizadas de oblíquo (10a-d), de OI (12a) e de genitivo (12b) são identificadas com alternantes formais, próprias da gramática normativa.

- (12) a. Esta é a **pessoa** [**a quem** Maria deu o dinheiro.]
 b. para nós o pai da medicina tem sido **Hipócrates**, [**cujo juramento** ainda continua a estar actualizado.] viveu quatrocentos e sessenta anos antes de Cristo (PT89:PaiMedicina)

A tabela 1 mostra a distribuição das três estratégias pelas variedades lusófonas.

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	N	%	n	%
Moçambique	1	2,1	43	89,6	4	8,3	48	5,2
S.Tomé e Príncipe	2	4,2	45	93,8	1	2,1	48	5,2
Portugal	0	0	360	96,3	14	3,7	374	40,8
Angola	1	0,7	130	95,6	5	3,7	136	14,8
Brasil	–	–	184	88	25	12	209	22,8
Cabo Verde	–	–	49	100	–	–	49	5,3
Guiné Bissau	–	–	40	100	–	–	40	4,4
Timor Leste	–	–	12	100	–	–	12	1,3
	4	0,5	863	94,2	49	5,3	916	

Tab. 1: Estratégias de relativização nas variedades lusófonas

Inicialmente, a incidência de relativas copiadoras na amostra é irrisória e extremamente elevada a média percentual da estratégia padrão. Vale a pena lembrar que muitos casos de cortadoras na posição de oblíquo dizem respeito a casos em que a entidade designada pelo termo antecedente é Tempo, Lugar e Modo, como mostram respectivamente (13a-c).

- (13) a. deve ser assim (...) a irmandade, e no Domingo [que há a coroação,] quando a coroa, depois de passar pelas ruas, sai da igreja. (PT73:CultoTradicional)
- b. quando compraram a fazenda já tinha essa casa. Aí mandaram construir essa [que nós moramos,] quer dizer, é recente, é moderna. (Bra80:Fazenda)
- c. sim, depende, da maneira [que elas têm tratamento...] que apanham no prado. (PT97:SerPastor)

É curioso observar que em três variedades – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste – todos os casos encontrados são da estratégia padrão. Uma explicação possível, mas especulativa, para esse comportamento se assenta no fato de que os falantes cultos dessas variedades, historicamente situados à margem da norma padrão, herdada do europeu colonizador, sentem-se mais impelidos a usar a norma de prestígio para se diferenciarem internamente de outros falantes, em razão do que Labov (1972) chama “mudança de cima”.

Na fase de propagação de uma mudança, Labov (1972: 123) postula dois tipos distintos de forças sociais que se exercem sobre a língua, as que ele chama “pressões de cima” (*pressures from above*) e as que ele chama “pressões de baixo” (*pressures from below*). Por “baixo”, deve-se entender “abaixo

do nível da percepção consciente". As pressões de baixo operam sobre o sistema linguístico como um todo em resposta às motivações sociais que são relativamente obscuras, apesar de terem um grande significado para a evolução geral da língua.

Já as pressões de cima representam um processo aberto de correção social aplicado a formas linguísticas individuais. Em termos sociais, esse processo se refere às variantes das camadas mais altas, que se difundem depois pelos estratos mais baixos. O alto índice de falantes com escolaridade média e superior na Amostra CLUL, tipos de falantes mais sujeitos aos processos abertos de atribuição de prestígio, pode explicar por que, em certas variedades, chegam a ser nulas as ocorrências das variantes copiadora e cortadora.

As demais variedades, inclusive a europeia, incluem a estratégia cortadora, que ocorre com uma frequência comparativamente mais significativa na variedade brasileira. Esses resultados sobre a variedade europeia coincidem, aproximadamente, com os obtidos por Alexandre (2000, p. 23-24) a partir de uma amostra de 18.500 frases relativas do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo – Oral (CRPC)*⁴. Nesse *corpus*, a grande maioria dos casos, equivalente a pouco mais de 98,0%, compreende a relativa padrão e apenas 68 casos, correspondentes a 0,36%, são de relativa resumptiva ou copiadora, usadas, com maior frequência, nas posições sintáticas mais baixas da HA de Keenan e Comrie (1977); as relativas cortadoras perfazem apenas 1,21% do total de ocorrências (225/18.500).

Arin, Ramilo e Freitas (2005) investigaram relativas preposicionadas no *corpus* REDIP (*Rede de Difusão Internacional do Português – rádio, televisão, jornais e revistas*). Os dados discutidos por esses autores atestam a baixa ocorrência das relativas copiadoras no REDIP, apenas 1,0% (2/265), mas uma incidência consideravelmente grande de cortadoras 28,0% (74/265), se comparadas aos 5,3% (49/916) da Amostra CLUL aqui investigada. Essa diferença se deve à natureza sociolinguística das duas amostras: o *corpus* REDIP tem uma natureza mais livre, já que se trata de dados coletados na mídia. Já o *corpus* aqui investigado foi obtido por gravação. Por outro lado, a mais alta taxa de ocorrência na Amostra REDIP é a de relativas padrão com 71,0% (189/265), incluindo, quando preposicionadas, as chamadas relativas

⁴Este *corpus* foi levantado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, sob a coordenação de Fernanda Bacelar de Nascimento (Alexandre, 2000: 23)

pied-piping, que têm ainda alta produtividade em todas as amostras relativas à variedade europeia⁵.

De qualquer modo, esses dados gerais mostram que a predominância da estratégia cortadora, se comparada à copiadora, deve ter motivação social por ser fortemente estigmatizada a retenção pronominal. A distribuição de cortadoras na amostra com base no número total de estratégias não-padrão atinge o patamar de 92,5% contra apenas 7,5% de copiadoras. Esses resultados fornecem evidência adicional para os dados diacrônicos de Tarallo (1983). Esses dados apontam para um grande avanço da estratégia cortadora no PB do fim do século XIX, se consideradas todas as posições sintáticas, e paralelamente para um significativo recuo da estratégia copiadora.

A marginalidade dessa estratégia somente pode ser admitida dentro de uma perspectiva purista, de vez que seu uso já está plenamente reconhecido “como parte do registo oral de falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu” (Brito e Duarte, 2003: 667).

2.2 *A distribuição das estratégias por posição relativizada*

A baixa incidência de cortadoras e copiadoras na amostra pode estar associada ao fato de a maioria dos informantes da amostra CLUL ter curso superior ou escolaridade de grau médio; há um número muito reduzido de informantes analfabetos ou com escolaridade de até 4 anos. Essas motivações, eminentemente sociais, estariam abrigadas no Componente Contextual da GDF. Mas, para verificar se elas não teriam algum reflexo direto na codificação morfossintática, além de indicar alternâncias possíveis de natureza sociolinguística, é necessário examinar, na tabela 2, a distribuição das estratégias por posição relativizada na HA (Keenan e Comrie, 1977).

⁵É significativa a incidência de cortadoras no REDIP em virtude de o registro da amostra consistir em textos de língua escrita da mídia (jornal e revista), de língua escrita para leitura (noticiários de TV) e de língua falada mais ou menos monitorada (programas de auditório e entrevistas).

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sujeito	–	–	544	100	–	–	544	59,4
Objeto direto	–	–	213	100	–	–	213	23,2
Oblíquo	4	2,5	103	66	49	31,5	156	17
Objeto indireto	–	–	1	100	–	–	1	0,1
Genitivo	–	–	2	100	–	–	2	0,2
Total	4	0,4	863	94,2	49	5,4	916	

Tab. 2: Aplicação da HA às estratégias de relativização

Considerando os casos quantitativamente mais significativos, as posições mais suscetíveis de relativização compõem uma hierarquia do seguinte formato: SU > OD > OBL, o que dá um quadro extremamente comparável, em termos de frequência, à HA de Keenan e Comrie (1977). Uma razão por que a incidência de OBL seja maior que a de OI é a de que essa posição sintática compreende complementos verbais de verbos preposicionados e circunstanciais em geral, como tempo, lugar, instrumento, razão. Observe, a esse propósito, em (14a-b) o uso inovador da relativa como argumento de um nome, especialmente avançado na variedade brasileira.

- (14) a. então, acho que desde o **momento [que ela fez isso]**, não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo, (Bra80:GostoDela)
- b. de repente [**a hora que a gente estava na pizzaria**], eu não me, eu não me lembro, (Bra93: FestaEstudante)

Uma consequência possível desse processo de gramaticalização é a interpretação dos nomes *momento* e *hora* como propriedades lexicais e a oração subordinada que os segue em (14a) e (14b), respectivamente, como um argumento desses nomes, se for atribuída a *que* uma leitura de complementizador, não de pronome relativo. Como não há uma lacuna anafórica, esses casos do português poderiam receber interpretação similar à que Hengeveld e Mackenzie (2008) fornecem para as sentenças em (15a) e (15b) do inglês, respectivamente, um nome seguido de relativa e um nome seguido de um argumento.

- (15) a. The time [**at which** he arrived] was fairly late.
- b. The time [**that** he arrived] was fairly late. (adaptados de Hengeveld e Mackenzie, 2008: 261)

Como ocorre com o inglês, a oração (15b) deve ser vista, nesse caso, como um argumento do nome, que, entra, por isso, no molde configuracional especificado em (15c):

- (15c) $(t_i: [(f_i: [(f_j: \text{hora}_N (f_j)) (\text{imp } e_i: [(f_k: [(f_l: \text{estar}_V (f_l)) (x_i)_U (x_j)_L] (f_k)) (e_i)_\varphi]: [(t_i) (e_i)_\varphi]_{Ref}] (f_i)) (t_i)_\varphi])$
'a hora que a gente estava na pizzaria'

Os dados sugerem que as cortadoras e as copiadoras incidem predominantemente sobre a relativização da posição de OBL e que, de OI para baixo, pouca generalização é possível fazer em função do grau reduzido de significação das frequências.

A posição sintática governada por preposição, que é mais frequentemente relativizada, é, portanto, a de oblíquo, que totaliza 17,0% de casos na amostra (156/916). Do total de oblíquos 66,0% (103/156) são relativas padrão ou *pied-piping*, 31,5% (49/156) são estratégias cortadoras e apenas 2,5% (4/156) são estratégias copiadoras. É consideravelmente elevada a incidência de estratégias não-padrão se for levado em conta a característica formal da amostra, que, apesar de oral, parece simular a escrita formal⁶.

A amostra não registra nenhum caso de copiadora de sujeito, estratégia socialmente estigmatizada, suscetível de alternar com a de lacuna, considerada padrão. Os dados aqui analisados parecem confirmar a adequação da hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). A grande maioria das relativas de lacuna relativiza as posições de sujeito e de objeto direto. Como a inserção de pronome-lembrete (*resumptive pronoun*) reduz o esforço de processamento, é mais justificável que ocorra nas posições menos acessíveis, de OBL para baixo.

O PE atua como padrão para as variedades africanas⁷, e sob circunstâncias históricas de formação do pensamento gramatical, ainda para a própria variedade brasileira. Nem por isso, deixa de dispor de relativas copiadoras nas posições de sujeito em (16a) e de objeto direto (16b), exemplos que Alexandre (2000) extrai do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo – Oral.

⁶Segundo postula Kenedy (2007), relativas *pied-piping* devem ser consideradas um fenômeno antinatural exclusivo da escrita formal e da oralidade que simula essa escrita; é apenas um dos tipos de estrutura sintática que não podem ser caracterizados como *naturais*, com as quais a Faculdade da Linguagem herdada pela evolução não pode ter relação direta.

⁷A história recente de Moçambique é reveladora a esse respeito. Em função da colonização portuguesa, o País adotou, a partir de 1975, ano da Independência, o português de norma europeia como língua oficial.

- (16) a. Temos lá, no meu ano, *rapazes_i* [CP que *eles_i* parecem atrasados mentais] (Alexandre, 2000: 58)
- b. É uma história que *há uma escola de jornalismo_i* em (Portugal), [CP que qualquer jornalista pode frequentá-la_i] ... (Alexandre, 2000: 160)

Especulativamente, é possível sustentar a hipótese de que a repetição do objeto pelo pronome-lembrante na forma do oblíquo átono em (16b), ou mesmo de oblíquo tônico, como costuma ocorrer na variedade brasileira, implica uma retomada na produção, que o falante sente a necessidade de fazer, para facilitar a interpretação do interlocutor. Essa lembrança é acionada cognitivamente em função do fato de que a relação conectiva se manifesta mediante o uso do complementizador ou marcador de relativização *que*. Como esse operador, em si mesmo, não faz retomada anafórica, na percepção cognitiva do usuário, é necessário retomar a primeira menção do antecedente na relativa, o que se faz na posição *in situ* de objeto.

Para sentenças como (16a), segundo Kato (1996), duas análises são possíveis: uma correspondente a uma estratégia de relativização padrão (17a) e a outra a uma estratégia não padrão (17b), cuja representação prevê uma estrutura em que se relativiza a posição de tópico:

- (17) a. *rapazes* [_{CP} que _i [_{IP} (t)_i parecem atrasados mentais.]]
- b. *rapazes* [_{CP} que _i [_{Top} (t)_i [_{IP} pro_i (eles) parecem atrasados mentais.]]]]

Em geral, a incidência majoritária da forma padrão sobre as posições de SU e OD indica uma tendência, ainda embrionária, para uma provável distribuição funcional das estratégias nas variedades lusófonas, paralelamente ao que se detectou acima sobre o uso de cortadoras e copiadoras com sintagmas adposicionais: o uso da estratégia de pronome relativo serve para selecionar as posições de SU e OD, enquanto o da cortadora e da copiadora serve para selecionar a posição de OBL.

A estratégia copiadora seria mais eficaz que a de pronome relativo por licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas, mas o valor de estigmatização social que ela veicula certamente bloqueia sua seleção. Mesmo assim, (18ab) e (18c) constituem exemplos curiosos de copiadora, respectivamente, da variedade angolana e da variedade europeia.

- (18) a. aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, que foi baleada por um polícia lá no, na Mutamba, [**que na qual**, eu e o padre Horácio é quem acompanhámos **ela** até ao hospital], não sei se, não acompanhei mais, (Ang97:Meninos da Rua)
- b. não sei se ela gostou da minha pessoa ou não gostou, maltratava-me muito. então foi a razão [**no qual** eu tive de sair mesmo da minha família] e arranjar um cantinho que é para mim poder viver sozinho (Ang97:O Jovem Gaspar)
- c. “[...] a sua nova descoberta liga [...] o gabinete de W. a crimes [**dos quais** o acusado assegura não saber nada **sobre eles**]”] (Adaptado de Peres e Mória, 1995: 308-9)

Vejamos primeiramente o caso de (18a). Além de se retomar o antecedente por pronome de caso reto na posição de objeto, também se reitera o relativo com outra forma flexionada em gênero e número, mas estranhamente marcada como oblíquo (*na qual*). A construção contida em (18a) constrói uma referência para o interlocutor (Dik, 1989), a de uma menina baleada por um policial, em que o uso da relativa não-restritiva serve apenas para fornecer informação adicional. Todavia, a retenção cognitiva da informação de gênero, coincidindo, não por acaso, com informação de sexo, corresponde a uma reiteração formal na flexão do relativo.

No entanto, o que dizer de (18b), também um enunciado emitido por um angolano? Em vez de usar a forma padrão *pela qual* adequada à retomada de uma razão como antecedente, o informante prefere *no qual*. Nesse caso, o uso do masculino indica neutralidade de gênero e o uso de *o qual* parece mais representar o imaginário do falante sobre a norma de prestígio, já que se identifica com um caso de hipercorreção. O esforço do falante em preservar uma construção normativa parece, nesse caso, paralelo ao esforço de processamento que ativa uma relativa *pied-piping*.

No registro mais coloquial do PB falado, praticamente inexistente esse tipo. Sua dificuldade é clara quando se considera a aquisição da escrita, como demonstrado por Corrêa (1998), tendo por objetivo investigar as relativas preposicionais.

Essa autora fez a avaliação de 50 narrativas orais e 45 escritas coletadas entre escolares do primeiro grau (da 1ª à 8ª série de escola pública brasileira) e informantes adultos não escolarizados. Um de seus métodos para coleta dos dados foi apresentar uma peça de teatro encenada apenas com gestos, para que os informantes reproduzissem o que haviam visto em textos falados, bastante informais, ou escritos.

Além daqueles dados, Corrêa (1998) comparou-os com dados de alunos do segundo grau (adolescentes e jovens), através de 90 exercícios de preenchimento de lacunas e produção livre com paráfrases e também com dados de 15 inquéritos do NURC com adultos escolarizados.

Salta aos olhos, em seus resultados, que os alunos do primeiro grau e os informantes adultos não escolarizados usam apenas a relativa sem a preposição (estratégia cortadora). Corrêa (1998) conclui seu estudo confirmando a hipótese de que é somente no segundo grau que os jovens brasileiros vão aprender a relativa padrão, com pronomes relativos e preposição. Se isso é verdadeiro para os falantes do PB, que têm o português como primeira língua, imagine-se a situação angolana, que tem o português como segunda língua, para se entenderem as construções de (18a-b).

Em outro país africano de língua portuguesa, Moçambique, como Angola, recentemente libertado das amarras coloniais, a expressão escrita da norma culta do português europeu constitui um ponto crítico, particularmente no ensino formal. As dificuldades na escrita se verificam não só no ensino básico (Meijer *et alii*, 1982 apud Gonçalves, 1997), mas também no ensino superior (Gonçalves, 2010), em que o português praticado está longe de ser uma aplicação efetiva da norma do português europeu.

Olhando-se, agora, para (18c), vê-se que é um exemplo do PE escrito, extraído da mídia impressa por Peres e Mória (1995). O aspecto curioso que suscita essa situação flagrante de copiadora é a de que se chega a alterar a marca casual formalmente visível na codificação. O oblíquo é, como se vê, duplamente reiterado de uma perspectiva semântica e também duplamente marcado de uma perspectiva formal, primeiramente por *de* e depois por *sobre*. Parece que o falante não se satisfaz com a primeira retomada do referente de *crimes* e algum mecanismo cognitivo o faz reiterá-lo logo em seguida. A forma de codificação selecionada inclui a inserção de um SP na posição canônica pós-verbal, que procura respeitar a ordem SVO. Parece, portanto, que a copiadora tem, aproximativamente, a mesma função nos dois casos: no primeiro, trata-se de reiterar informação de sexo/gênero e, no segundo, de assunto.

Seguem casos, mostrados por Arin, Ramilo e Freitas (2005), em que a adição de uma preposição subverte o padrão normativo do português oral da mídia, ou porque o verbo em questão não rege nenhuma preposição, caso de (19a), ou porque o verbo rege uma preposição diferente daquela que os falantes utilizaram (19b).

- (19) a. O aumento de queixas, na polícia, nomeadamente na polícia judiciária... que é a realidade [**de** que eu conheço melhor,] eh, prende-se também um pouco com isso. (T-O)

- b. Eu gostaria de colocar uma pergunta ao doutor Gilberto Madafl, [de quem, eh, admiro muito,] que era... (R-D)

Esses dois exemplos mostram a aplicação de um processo conhecido na sociolinguística como “dequeísmo”, que é claramente um mecanismo de hipercorreção por insegurança, ativado pelo desconhecimento do falante das regras da gramática normativa. Essa insegurança o conduz, em primeiro lugar, a incluir uma preposição, a preposição *de*, onde ela não é regida e, em segundo lugar, a produzir essa preposição genérica, diga-se de passagem, no lugar de outra, a preposição *a*, realmente regida pelo verbo *admirar*.

Como as estratégias copiadora e cortadora incidem majoritariamente sobre posições preposicionadas, é relevante discutir se o estatuto lexical ou gramatical das preposições exerce alguma influência sobre o licenciamento dessas alternantes. É justamente o que passo a fazer na seção seguinte.

2.3 Posições preposicionadas nas estratégias cortadora e copiadora

Como já mencionado, um fenômeno amplamente relacionado a relativas é o que se conhece por “encalhamento de preposições”, expressões que traduzem aproximadamente *preposition stranding*, o modo como esse fenômeno ficou conhecido na literatura linguística depois de ter sido assim batizado por Ross (1967).

Por “encalhamento de preposições”, entende-se um fenômeno sintático extremamente investigado na gramática gerativa, segundo o qual uma preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Esse processo, extremamente raro em línguas românicas, é muito comum em línguas da família germânica como o inglês em três tipos de construções: as interrogativas parciais ou interrogativas-Q, pseudopassivas e orações relativas, conforme mostram, respectivamente (20a-c).

- (20) a. **Which girl** does he like v_i ?
b. **This chair** $_i$ was sat on v_i
c. This is **the book** $_i$ that $_i$ I told you about v_i
This is **the book** $_i$ I told you about v_i

Na análise gerativa, a palavra-Q se move para o início da sentença, levando consigo *girl* em (20a), que é seu complemento, exatamente como o flautista de Hamelin seduz, com sua música, ratos e crianças, que passam a segui-lo; é em razão disso que se usa a expressão metafórica “*ped-piping*”, tal como foi cunhada por Ross (1967), quando ainda imperava o modelo transformacional na sintaxe gerativa.

No entanto, o *ped-piping* é opcional quando uma palavra ou sintagma-Q é o objeto de uma preposição e as sentenças resultantes são ambas gramaticais, conforme se vê em (21a-b).

- (21) a. **To whom** did she talk **t**?
 b. **Who** did she talk **to t**?

Na descrição formal da relativa-padrão preposicionada, ou *pied-piping*, os gerativistas postulam a aplicação sistemática da regra de movimento a um constituinte relativo, seja ele um pronome relativo (*Wh*) ou um operador nulo, situação defendida por quem interpreta o elemento *que* como um complementizador gerado em COMP (Brito e Duarte, 2003; Peres e Mória, 1995).

A obrigatoriedade do movimento, que aproxima construções relativas e construções interrogativas, foi postulada por Chomsky (1977) com base na gramática do inglês, e, desde então, vem sendo amplamente assumida pelos adeptos da teoria gerativa na descrição de inúmeras línguas naturais. Com divergências pouco significativas, é esse tratamento que a linguística do português tem dado às relativas (Tarallo, 1983; Brito, 1991; Kato, 1996; Peres e Mória, 1995; Galves, 2001; Brito e Duarte, 2003).

Como o modelo aqui adotado, a GDF, repele transformações, desde sua primeira versão, a Teoria da Gramática Funcional (Dik, 1989; 1997), procurarei fornecer uma explicação alternativa, funcional, para o chamado “movimento” nas relativas, inclusive para o fato de ser aceitável o encalhamento de preposição em (22a), mas não em (22b):

- (22) a. Essa é a mesa [que todo mundo bota o chapéu **em cima** (dela).]
 (Perini, 2010: 192)
 b. (*) Essa é a mesa que todo mundo gosta **de**

A explicação para essa discrepância tem a ver com a natureza categorial das preposições envolvidas. Ao investigar as preposições locativas no inglês, Mackenzie (1992) distingue um pequeno conjunto de preposições gramaticais de Tempo e Lugar, que codificam as funções semânticas de Localização (*at*), Origem (*from*), Percurso (*via, by*), Alativo (*to, till/until*) e Aproximação (*towards*); todas as demais preposições, segundo ele, constituem preposições lexicais, isto é, predicados de um lugar, estocados no léxico.

Por essa razão, Mackenzie (1992) introduz no modelo de gramática funcional uma nova classe de predicados às quatro classes lexicais tradicionalmente reconhecidas (nome, verbo, adjetivo e advérbio), que ele denomina “adposição” (P subscrito) para abranger tanto os casos de preposição, como em (23), que contém uma representação para o caso de *on* do inglês, quanto os de posposição, para as línguas que deles dispõem.

(23) $on_P (x_i)_{Ref}^8$ (Mackenzie, 1992: 8).

O conceito de adposição foi depois incorporado por Hengeveld e Mackenzie (2008) e tratado como um caso de Propriedade Configuracional similar a *fond of chocolate* (“chegado a chocolate”). Construções como essas contêm um Subato Atributivo encaixado dentro de outro Subato Atributivo⁹, noção relevante para a análise de lexemas que ocorrem dentro de moldes de lexemas com um argumento interno, como a representação contida em (24).

(24) $(f_i: [(f_j: fond (f_j)) (x_i: -chocolate- (x_i))]_{Ref}) (f_i)$
 (Hengeveld e Mackenzie, 2008: 223).

Essa formulação, em que a Propriedade (f_j) *fond* toma o argumento interno *chocolate* (x_i) , representa uma combinação de elementos, identificada por Hengeveld e Mackenzie (2008) como uma Propriedade Configuracional (f_i) . Uma variedade de elementos pode ocupar a posição de (f_j) , incluindo uma adposição lexical tomando um item lexical como *casa* como argumento interno em *dentro da casa*, representada em (25); essa combinação de propriedades em que uma é o predicado e a outra o argumento, definição de Propriedade Configuracional, representa uma categoria semântica complexa de lugar.

(25) $(l_i: [(f_i: [(f_j: dentro_{Adp} (f_j)) (x_i: [(f_k: casa_N (fk)) (x_i) \Phi]]_{Ref})] (f_i)$
 $(l_i) \Phi]$
 (Hengeveld e Mackenzie, 2008: 251).

⁸Nessa fórmula, *on* representa o item, *p* subscrito, traduzindo “preposição”, x_i uma entidade e, finalmente, *Ref* representa a função semântica Referência para o argumento obrigatório da preposição.

⁹As camadas que organizam o Nível Interpessoal, na interpretação de Hengeveld e Mackenzie (2008), compreendem o Movimento, o Ato Discursivo, a Ilocução e, finalmente, o Conteúdo Comunicado. O Conteúdo Comunicado, que contém a totalidade do que o Falante deseja evocar, contém, por sua vez, dois tipos de Subatos, os Subatos Referenciais e os Atributivos. O Subato Atributivo representa uma tentativa do Falante de evocar uma propriedade, enquanto um Subato Referencial, uma tentativa do Falante de evocar um referente.

Elaborando um estudo exaustivo das preposições¹⁰ simples do português com base no modelo da GDF, Pezatti et al. (2010) concluem que, quando em adjunção, elas constituem elementos lexicais: além de encabeçarem a construção sintática, elas próprias exigem complementação, o que as coloca sob o rótulo de predicados monovalentes. Quando, no entanto, assumem uma função puramente relacional, constituem elementos gramaticais, que sinalizam funções argumentais, requeridas por um predicado.

Como interpretar a relação entre a distribuição categorial das preposições e a distribuição de estratégias cortadoras, copiadoras e de encaimento de preposição? Antes de discutir essa questão, é necessário verificar o que ocorre nos dados da amostra.

Cumprido destacar, logo de início, que o uso indiferente de cortadoras e copiadoras de OI e de OBL se aplicam, na amostra, a SPs regidos pelas preposições *em*, *de*, *a* e *com*. Como mostram os 156 casos de oblíquos na tabela 2, esses SPs exercem funções prototipicamente argumentais de Essivo, Ablativo e Alativo e a função não-argumental Comitativo, mais especificamente Companhia, Instrumento e Modo, conforme mostram os exemplos contidos em (26a-d) respectivamente. A sentença contida em (26e) constitui um exemplo de função argumental, gramaticalização de um caso residual de Modificador Comitativo.

- (26) a. a água da chuva, é, são, zonas [**em que** continua a chover intensamente.] (Ang97:Guerra e Ambiente)
- b. aí, quando e[...], ela escolhia a roupa [**de que** eu gostava na minha frente,] eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c. e transferi-los para uma zona ecológica [**a que** eles não estão habituados,] a primeira coisa que eles vão fazer é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer. (Ang97:Guerra e Ambiente)
- d. sim, depende, da maneira [**com** que elas têm tratamento...] que apanham no prado. (PT97:SerPastor)
- e. e então, peixe que ficou hoje [**que** o pescador luta **com ele**,]mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (To-Pr96:Pesca)

¹⁰Em função de um requisito de adequação tipológica, o termo “adposição” é usado por Hengeveld e Mackenzie (2008) para cobrir tanto o que se entende por preposição, quanto o que se entende por posposição. Como o português tem preposições, dou preferência aqui por esse termo para cobrir essa categoria.

A preposição *em* encabeça a lista em termos de grau de incidência com uma média de 58,3% (21/36), seguida de *de*, com uma média de 25,0% (9/36). Não aparece em nenhuma construção relativa da amostra a preposição *por*, que exerce a função de Perlativo. Na falta de dados da amostra, inseri os exemplos construídos¹¹ de (27) para mostrar que essa função pode aparecer preservada mesmo na estratégia cortadora de (27c), provavelmente em virtude de seu alto grau de dependência contextual em relação ao verbo *passar*, do qual *estrada* é argumento Locativo, e conseqüentemente de previsibilidade semântica, o que permite mesmo não exprimi-la.

- (27) a. A estrada [**pela qual/por que** você passou ontem] leva ao litoral.
b. A estrada [**que** você passou **por ela** ontem] leva ao litoral.
c. A estrada [**que** você passou ontem] leva ao litoral.

Há claramente restrição semântica ao emprego da estratégia cortadora em relação ao uso de preposições lexicais, que, por definição, dispõem de um valor semântico muito específico, como por exemplo, *contra* e *sobre*, conforme mostram (28c) e (29c), que também constituem exemplos criados.

- (28) a. O advogado [**contra o qual/quem** você se posicionou no tribunal] desistiu do processo.
b. O advogado [**que** você se posicionou **contra (ele/Ø)** no tribunal] desistiu do processo.
c. (*) O advogado [**que** você se posicionou Ø] no tribunal desistiu do processo.
- (29) a. O armário [**sobre o qual** João deixa o trabalho inacabado] não tem mais espaço.
b. O armário [**que** João deixa o trabalho inacabado **sobre (ele/Ø)**] não tem mais espaço.
c. O armário [**que** João deixa o trabalho inacabado Ø] não tem mais espaço.

¹¹ Ao longo de toda a discussão seguinte, mantenho exemplos de lavra própria que permitem discutir o assunto mesmo na ausência desse tipo de dados reais na Amostra CLUL (Bacelar, 2006).

A estratégia copiadora de preposição não sofre restrição semântica, e é sintaticamente aceitável mesmo a alternante com encalhamento, conforme atestam (28b) e (29b), mas é raro o uso da estratégia copiadora com essas preposições, cuja seleção se identifica mais com o polo marcado do *continuum* de formalidade.

A especificidade do valor semântico dessas preposições bloqueia automaticamente a estratégia cortadora em função da ambiguidade resultante. Como *armário* consiste numa entidade locativa tridimensional, é difícil saber em (29c) se João deixa o trabalho inacabado dentro ou sobre o armário ou mesmo ao lado dele. Também não fica muito óbvio o significado de relativas com locativos bidimensionais, como *mesa*, se, por exemplo, alguém tem o costume de deixar sapatos **sobre** ela, não **sob** como seria de esperar.

Sintagmas preposicionais, representados por Propriedades Configuracionais, como *em cima/embaixo de*, *ao lado de*, *atrás de* etc., que também representam valores semânticos muito específicos, licenciam a alternante copiadora com ou sem cópia pronominal, como mostram (30a) e (30-b), mas não a cortadora, pelo menos com a preservação do mesmo valor semântico; note que (30c) é possível, mas com um significado muito mais genérico do que (30a-b). Esse comportamento mostra certo grau de especialização funcional do uso das estratégias.

- (30) a. A mesa [**em cima/embaixo da qual** João deixa o trabalho inacabado] não tem mais espaço.
 b. A mesa [**que** João deixa o trabalho inacabado **em cima/embaixo dela/Ø**] não tem mais espaço.
 c. (*) A mesa [**que** João deixa o trabalho inacabado] não tem mais espaço.

Observe, agora, os exemplos contidos em (31a-d).

- (31) a. A mesa [**sobre/sob a qual** as crianças deixam os sapatos] não tem mais espaço.
 b. A mesa [**que** as crianças deixam os sapatos **sobre/sob (ela /Ø)**] não tem mais espaço.
 c. (*) A mesa [**que** as crianças deixam os sapatos] não tem mais espaço.
 d. o povo perdeu esperança no Estado, perdeu confiança do Estado porque trabalha um ano, dois, fica sem receber, e isso são problemas sérios [**que...** o governo deve...debruçar-se.] (GB95: Democracia)

Os casos em que a preposição tem um valor semântico específico e, como tal, independente do contexto imediato, licenciam uma alternância entre copiadora com e sem encahamento de preposição, mas nunca uma cortadora. Observe-se, no entanto (31d), um exemplo da variedade da Guiné-Bissau, em que a preposição *sobre* não é lexical, mas gramatical, por codificar uma função semântica não-argumental de locativo. Esse caso específico licencia a estratégia cortadora porque o valor semântico da preposição está pressuposto no conteúdo do verbo *debruçar-se*.

Como se vê, o caráter lexical ou gramatical de uma preposição não pode ter um valor definitivo, pois qualquer definição é válida até que surja um caso em que não ela se sustente. É preferível, portanto, defender que as definições sejam prototípicas (Taylor, 1989), já que é o uso que define o estatuto lexical ou gramatical das preposições. De qualquer modo, a possibilidade de relativas com encahamento de preposições depende do caráter lexical ou gramatical delas.

Kenedy (2007) sugere ser esse o traço que permite o licenciamento de encahamento de preposições em português, mas atribui esse caráter a um comportamento sintático. Em português e nas línguas românicas de uma maneira geral, os traços de P (preposição) podem ser amalgamados aos do DP (*determiner phrase*) por incorporação de núcleo, do que resultam as contrações morfológicas *do, das, nas* etc. É, portanto, a existência desse núcleo composto [P + DP] que torna impossível apagar os traços do DP, mas não os de P, como em [_P [_{DP} [_{DP} as casas]]] para o PP *das casas*. O fato de as relativas cortadoras se restringirem ao contexto de preposições gramaticais resulta dessa possibilidade de incorporação delas e depois de apagamento.

Nossa hipótese explicativa coincide em parte com a de Kenedy (2007), mas inverte as relações de causa e efeito. Por um lado, uma preposição com uma carga semântica própria e, por isso, sujeita a uma escolha no processo de Formulação (Hengeveld e Mackenzie, 2008), é representada como item lexical no Nível Representacional; por outro, uma preposição destituída de conteúdo semântico, só pode ser representada no Nível Morfossintático, como forma de tornar visíveis funções semânticas argumentais e não-argumentais. É esse estatuto funcional que permite, no segundo caso, a perda de material fonético e o amálgama da preposição com o determinante do SN seguinte, que Kenedy (2007) rotula DP. Nesse caso, é muito simples a solução da GDF: basta que, na representação semântica, seja assegurada a inserção apropriada do item lexical. Vejamos a representação semântica de um caso de preposição lexical (*sobre*) e de um caso de preposição gramatical (*de*) em (32a-b) e (33a-b).

- (32) a. A reunião [**sobre a qual/que** conversamos (**sobre (ela/Ø)**]
]durou um hora.

- b. ($1e_i$: [$(f_i$: reunião_N (f_i)) (e_i): (past ep_j: [$(f_j$: conversar_V (f_j))(x_i)(f_k : sobre_{Adp} (f_k)) (e_i) Ref] (ep_j))])
- (33) a. A roupa [**de/Ø que** eu gosto (**dela/Ø**)] descosturou.
- b. ($1x_i$: [$(f_i$: roupa_N (f_i)) (x_i): (pres ep_i: [$(f_j$: gostar_V (f_j)) (x_j)_U (x_i)_L])])])

O Nível Representacional contempla a entrada das categorias lexicais, isto é, nome (N), verbo (V), adjetivo (Adj), advérbio (Adv) e, finalmente, adposição (Adp) que identifica a preposição do SP *sobre a reunião* de (32a), que aparece na representação de (32b) como uma Propriedade Configuracional (f_k : sobre_{Adp} (f_k)) (e_i)_{Ref}) em que *reunião* (e_i) é argumento na função de Referente¹². Já categorias gramaticais como a preposição *de* só aparecem inseridas no Nível Morfossintático, restando ao Nível Representacional atribuir uma função L (Locativo) a (x_i) de (33b) para SP *de roupa* de (33a), que atua como argumento Locativo (Ablativo) do verbo *gostar*.

3 Alinhamento semântico e morfossintático: a similaridade entre relativas cortadoras/copiadoras e completivas

Avançando ainda um pouco mais a discussão, postula-se aqui uma aproximação entre as relativas cortadoras e copiadoras com as subordinadas completivas. Essa aproximação se assenta teoricamente na diferença conceitual entre as relações núcleo-modificador e núcleo-dependente¹³ (Hengeveld e Mackenzie, 2008). Os exemplos típicos da relação núcleo-modificador são as que se estabelecem entre o nome e o adjetivo atributivo, entre nome e posse alienável e entre o adjetivo e advérbio de grau ou intensificador.

Para essas situações, prediz-se que, se houver marcação morfossintática em um dos dois membros do par, ela recairá no modificador, o que mantém a correspondência entre marcação funcional e marcação morfossintática: se um modificador for funcionalmente marcado na função opcional de especificar o núcleo, há uma forte expectativa de que o papel de modificador esteja refletido no veículo da marcação morfológica. No português, a marcação ocorre nos dois

¹²A representação de *reunião* como (e) significa tratar-se de um Estado de Coisas, enquanto a de *roupa* como (x) significa tratar-se de um indivíduo.

¹³Na realidade a primeira relação traduz a relação *head-modifier*, e a segunda, a relação *nucleus-dependent* (Hengeveld e Mackenzie, 2008). Dei preferência por manter o termo 'núcleo', deixando para o outro par da relação a diferenciação conceitual envolvida.

membros do par, mas, nesse caso, o modificador apenas reflete o que ocorre no núcleo, o parâmetro da relação de concordância (Hengeveld e Mackenzie, 2008).

As relações do tipo núcleo-dependente são as que ocorrem entre um predicado e seu(s) argumento(s), indiferentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional. A relação, nessa situação, não representa a expansão de um núcleo com um modificador opcional, como ocorre na relação núcleo-modificador. Os argumentos e o predicado estão em uma relação de equipolência, determinada pelo molde de predicação relevante de modo a constituírem, juntos, um núcleo.

Na morfossintaxe, a tarefa de exprimir a função semântica, que se estabelece entre o predicado e o dependente, pode ser atribuída aos dois: ora são os argumentos que são morfossintaticamente marcados, ora é o próprio predicado, variação essa, não universal, mas dependente das línguas particulares. Assim, as relações núcleo-dependente se aplicam também a predicados nominais e a predicados adposicionais e seus argumentos, como as Propriedades Configuracionais *irmão de João, sobre a mesa*, em que os núcleos são *irmão* e *sobre*, respectivamente.

Nesse tipo de relação, o núcleo é o veículo da marcação de dependência. Em Jarawara (Dixon, 2000 apud Hengeveld e Mackenzie, 2008), por exemplo, a marca de gênero do núcleo de uma expressão de posse inalienável aparece marcada no nome possuído, por conta de ser determinada pelo gênero do possuidor. Já em sintagmas que exprimem posse alienável, cuja relação é núcleo-modificador, a marcação de gênero é determinada pelo gênero inerente do nome possuído, como de resto, acontece no português.

Feita essa digressão, retornemos à interpretação funcional das três construções relativas possíveis em português, ilustradas por (34a-c).

- (34) a. ela escolhia [**a roupa [d(e/a) qu(e/al)** eu gostava n
a minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não
podia ter aquela que ia ser igual, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b. ela escolhia [**a roupa [que** eu gostava **dela** n
a minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não
podia ter aquela que ia ser igual, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c. ela escolhia [**a roupa [que** eu gostava **Ø** n
a minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não
podia ter aquela que ia ser igual, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

Postulo que a codificação morfossintática das três construções autoriza a interpretação da alternante padrão de (34a) como relação núcleo-modificador, mas as de (34b) e (34c) como núcleo-dependente; para tanto, a estrutura morfossintática da primeira licencia o pronome relativo como elemento correferente do núcleo com o qual, estabelece, se for necessária, concordância de gênero (*da qual*).

Já a codificação morfossintática das outras duas licencia um pronome como núcleo de um SP em (34b), que aciona, inclusive, marcação redundante de concordância com o núcleo, e uma anáfora zero em (34c) e, ao mesmo tempo, atribui ao conector *que* a função de um complementizador invariável ou marcador de relativização (Dik, 1997).

Essa análise se assenta em outras construções similares do português falado como as contidas em (35a) para a forma padrão e (35b) para a forma não-padrão em que a oração completiva é um argumento do nome nuclear.

- (35) a. [A notícia de que o dólar iria subir] se espalhou rapidamente nos meios econômicos.
 b. [A notícia que o dólar iria subir] se espalhou rapidamente nos meios econômicos.

Recordem-se os exemplos de (14a-b), aqui repetidos como (36a-b), para o uso inovador da relativa como argumento de nome, especialmente avançado na variedade brasileira.

- (36) a. então, acho que desde o **momento** [que ela fez isso], não tomou assim nem uma, assim, não teve consideração nenhuma comigo, (Bra80:GostoDela)
 b. de repente [**a hora que** a gente estava na pizzaria], eu não me, eu não me lembro, (Bra93: FestaEstudante)

Uma consequência possível desse processo de gramaticalização, que, como se vê, aplica-se também a outras posições relativizadas, é a interpretação dos nomes nucleares como propriedades lexicais (Hengeveld e Mackenzie, 2008) e a oração subordinada que os segue em (36a) e (36b), respectivamente, como um argumento desses nomes, se for atribuída a *que* uma leitura de complementizador, não de pronome relativo.

As outras posições relativizadas a que estendo essa interpretação são todas de OI e as de oblíquo, como as de (34bc) acima para roupa que tem, nesse caso, como argumento *que eu gostava (dela/ø)*; embora as construções que relativizam as posições de sujeito e de objeto direto possam ter, ambas, uma alternante copiadora, conforme se observa em (37a-b).

- (37) a. Aquela menina [**que ela** está sempre apressada] acabou de perder o ônibus.
b. Aquela menina [**que** você viu **ela** no cinema] está sempre apressada.

Similarmente ao que ocorre nas relativas com posição preposicionada, o marcador de relativização pode também ser substituído por um pronome relativo como *o/a(s) qual(is)* na construção padrão, quando regidos por preposição.

Tanto os casos de (34bc) quanto os de (36ab), incluindo agora os de (37a-b), são identificados como relação do tipo núcleo-dependente, ao passo que somente ao caso de (34a) fica atribuída uma relação do tipo núcleo-modificador. Como as relações semânticas são diferentes, o reflexo evidente na codificação morfossintática é a existência de um pronome relativo como conector de (34a) e a de um complementizador como conector de (34bc). Para fazer jus a essa codificação de complementizador invariável, as relativas interpretadas como relação núcleo-dependente se aproximam semântica e formalmente das completivas tradicionalmente aceitas como tal.

Aplica-se, nesse caso, um processo claro de gramaticalização pelo qual um pronome relativo passa a exercer a função de complementizador invariável, isto é, um operador gramatical com clara função anafórica se torna um operador ainda mais gramatical, com a perda da possibilidade de recuperar traços do antecedente. Já em termos da construção sentencial, é difícil falar em gramaticalização, já que tanto a relativa quanto a completiva constituem construções subordinadas ou encaixadas.

Pelo menos ao conector, aplicam-se os princípios arrolados por Hopper (1991) para a gramaticalização de itens lexicais em itens gramaticais ou de itens gramaticais em itens ainda mais gramaticais. Em primeiro lugar, aplica-se o princípio de estratificação, já que coexistem a “camada” do relativo e a do complementizador; aplica-se também o princípio de divergência, uma vez que o item se gramaticaliza no contexto das relativas cortadoras e copiadoras, mas não no contexto da relativa padrão ou *pied-piping*, o que, de saída, mostra especificação estilística, já que a padrão ocorre apenas nos contextos formais escritos.

O estreitamento da seleção das formas disponíveis para exercer a mesma função, acompanhado de uma ocupação cada vez maior do espaço pelo complementizador e pelas cortadoras na modalidade falada, mostra a aplicação do princípio de especialização de Hopper (1991).

O princípio de persistência prevê a preservação de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma (mais) gramaticalizada. É possível verificar a atuação

dessa propriedade no caráter conector, visível tanto no pronome relativo quanto no complementizador.

Por último, perdem-se, no complementizador, alguns traços categoriais, típicos do pronome - foricidade e concordância de gênero e número com o termo antecedente -, o que indica aplicar-se também o princípio de descategorização.

As relativas restritivas evocam uma relação de subordinação, não importa se a relação for núcleo-modificador, como ocorre na relativa padrão, que relativiza posições preposicionadas, em que o conector é um pronome relativo, ou se for núcleo-dependente, como ocorre na relativização das posições de sujeito, de objeto, e nas relativas cortadora e copiadora, especialmente, as que relativizam posições preposicionadas.

Para as relativas não-restritivas, como ilustrado em (38), as relações de dependência e de modificação em relação ao núcleo ficam suspensas por razões óbvias de organização morfossintática de não encaixamento.

- (38) a própria metrópole [que nos colonizou] tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Ang97:O Ensino em Angola

As motivações pragmáticas aqui são de outra ordem: há dois Atos Discursivos A_I (*a própria metrópole tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus*) e A_J (*que nos colonizou*), e um deles, A_I , sofre uma descontinuidade para que seja enunciado A_J em clara violação ao Princípio de Integração de Domínio¹⁴. Numa interpretação discursivo-funcional, a estrutura morfossintática de construções não-restritivas dispõe das mesmas categorias estruturais que a organização de uma oração restritiva. Considere, nos exemplos contidos em (39a-b), a interpretação possível de relativa restritiva e de relativa não restritiva que pode ser atribuída à mesma oração.

- (39) a. O jogo [que começou às 4:00 da tarde] terminou num empate.
 b. O jogo, [que começou às 4:00 da tarde,] terminou num empate.
 c. O jogo começou às 4:00 e terminou num empate.
 (Adaptados de Hengeveld e Mackenzie, 2008: 284)

¹⁴O Princípio de Integridade de Domínio se refere a uma preferência, em termos tipológicos, das unidades pragmáticas e semânticas, na formulação, por aparecerem também morfossintaticamente justapostas na codificação (Hengeveld e Mackenzie, 2008: 285).

Recorde-se que as relativas não-restritivas revogam, por assim dizer, o Princípio de Integridade de Domínio, preservado na justaposição de (39c), em favor de dar maior grau de proeminência à informação de que o resultado do jogo é mais importante que o momento de início. Como a informação, que deve ser fonologicamente codificada, é a de um Movimento consistindo em dois Atos Discursivos, o ato que trata do momento do início do jogo é subsidiário ao do resultado, mas, mesmo assim, o interrompe na linearização.

A codificação fonológica interpretará essa interrupção como uma instrução para dar um contorno entonacional próprio a (39b) a cada segmento pragmático, possibilitando a produção de três sintagmas entonacionais, dois com um contorno não-final e um com um contorno final. Fica para a codificação morfossintática a tarefa de integrar os dois Atos Discursivos sintaticamente, o que é realizado mediante a aplicação de um molde geral para orações relativas independentemente da natureza restritiva ou não-restritiva delas.

A diferença, no entanto, é que [*que começou às 4:00 da tarde*] em (39a) forma o mesmo contorno entonacional do material circundante [*O jogo (...). terminou num empate*]. O conectivo é uma palavra gramatical, um operador que pode ser representado por um complementizador, conforme postulado anteriormente.

As relativas não-restritivas da amostra contêm, em geral, uma pausa entonacional explícita. No entanto, no caso de (38), em vez de pausa, o que identifica a codificação fonológica é uma variação de tessitura. Assim, a pausa, que marca o limite, não precisa ser necessariamente silêncio, mas uma alteração prosodicamente perceptível, como uma mudança de frequência (Nespor e Vogel, 1986).

A codificação morfossintática atribui a mesma estrutura aos dois tipos de orações relativas e a codificação fonológica assume a tarefa de assegurar que o estatuto subsidiário do Ato Discursivo encaixado na não-restritiva de (39b) esteja refletido na prosódia (Hengeveld e Mackenzie, 2008: 284-5).

Interpretando a construção restritiva de (39a), pode-se considerá-la, de um ponto de vista interpessoal ou pragmático, como um Movimento constituído por um único Ato Discursivo, não dois, como ocorre com (39-b). Uma sentença que não resiste à negação, à interrogação e a perguntas do tipo *question-tag*, justamente porque o conteúdo da subordinada é pressuposto e não-afirmado (Cristofaro, 2003). A diferença entre as duas não está na morfossintaxe, mas na natureza da seleção pragmática que o falante exerce ao formular o enunciado.

O que difere, portanto, uma restritiva e uma não-restritiva e lhes imprime as diferenças pragmáticas é que a restritiva assume, por um lado, o mesmo contorno entonacional que o da oração principal de que é parte integrante; a não-restritiva, por outro lado, terá o estatuto de Ato subsidiário (Aposição), refletido na prosódia por uma entonação própria e, como tal codificado, portanto, pelo Nível Fonológico.

4 Palavras finais

Tarallo (1983) sustenta que as alternantes em uso nas variedades do português, como a copiadora e a cortadora, são variantes sociolinguísticas, ou formas distintas de dizer a mesma coisa. Os dados aqui analisados apontam, no entanto, para outra direção: essas alternantes consistem mais em diferentes estratégias usadas para facilitar o processamento cognitivo.

Essa propriedade permite postular, inclusive, uma ordenação das estratégias em que prevaleceriam as relativas de retenção pronominal ou cortadoras, cognitivamente mais fáceis de serem processadas em virtude de tornarem visíveis as funções sintáticas na ordem canônica SVO. A estratégia cortadora, que teria uma lacuna, sob a forma de um zero anafórico, numa das posições sintáticas, viria em segundo lugar e por fim a estratégia padrão, a única que viola o Princípio de Integridade de Domínio. Peres e Mória (1995: 288) admitem que a estratégia de retenção pronominal é muito frequente e generalizada no discurso oral, mas é a estratégia cortadora que está ganhando progressivamente mais território no português europeu (PE), possivelmente por influência do PB.

Apesar de ter a frequência de uso reduzida, a resistência da estratégia copiadora é plenamente justificável. Ela era muito comum no português medieval, e seu uso no PB deve ser o reflexo da implantação da colonização portuguesa no séc. XVI. Além disso, o tratamento diacrônico de Tarallo (1983) mostrou que, no PB, essa variante vem gradativamente perdendo espaço para a cortadora, o que justifica plenamente o aumento no uso dessa alternante mais neutra socialmente também no PE.

Nas duas estratégias não-padrão, e nas relativas de SU e OB, o elemento conectivo *que* pode ser tipologicamente interpretado como um marcador de relativização (MR), conforme afirma Dik (1997) ou como complementizador (Tarallo, 1983; Brito, 1991), não como um verdadeiro pronome relativo, cujo emprego ficaria restrito às construções preposicionadas entendidas como variantes padrão.

Na passagem do latim para o português, além da perda das formas de feminino *quae* e *quam*, houve uma redução de *quem* para *que* com subsequente perda do valor anafórico do *que* relativo. Esse processo diacrônico foi acompanhado por uma clara tendência para a uniformização das conjunções usadas nos processos de subordinação (Brito, 1991).

Assim, além de assumir um valor universal já na função de pronome relativo, a forma *que* herda os valores de *quod*, assumindo também o valor de conjunção não só na introdução de completivas, mas outros valores, como o causal, o consecutivo, o final (Brito, 1991: 191-2). Esse dado histórico

suscita uma nova especialização: o uso de pronomes relativos canônicos se restringe às relativas-padrão em posições preposicionadas, restando às estratégias copiadoras e cortadoras e as que relativizam SU e OB o emprego de um *que* complementizador ou marcador de relativização na interpretação de Dik (1997).

Somente as estratégias normativamente aceitáveis (*pied-piping*), que relativizam as posições mais baixas da HA, ou seja, as posições preposicionadas de OI, OBL e a de GEN, constituiriam de fato estratégias de pronome relativo com marcação visível de caso.

Mesmo assim, as preposições podem ser apagadas com a inserção simultânea de um Marcador de Relativização, já que a relação anafórica própria do relativo é operada por um pronome-lembrado na posição canônica pós-verbal, ou elipse completa do antecedente na relativa, identificando, no primeiro caso, uma estratégia copiadora e, no segundo caso, uma estratégia cortadora. Não parece equivocado generalizar, sob esse prisma, que a estratégia de lacuna com *que* complementizador, reservada para as posições mais altas da Hierarquia de Acessibilidade, se teria expandido para as posições mais baixas, fazendo valer, portanto, a universalização dessa escala hierárquica.

Uma consequência teórica relevante para o tipo de preocupação funcional que norteia este trabalho é a de que, no domínio da subordinação, que compreende as relativas restritivas e as completivas, as categorias disponíveis não são discretas, mas fluidas e contínuas. Com efeito, a presença de um complementizador invariável na posição do conector em restritivas não-preposicionadas de sujeito, de objeto e em restritivas preposicionadas de oblíquo e de objeto indireto, com tendência para a supressão do SP no registro falado informal, indica claramente que esses tipos de relativas devem receber uma interpretação núcleo-dependente, não núcleo-modificador. Como tal, a relação deixa de ser hierárquica para ser equipolente ou configuracional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), o que implica que essas relativas compartilham um traço com as completivas nominais: a relação entre predicado e argumento.

Referências

- ALEXANDRE, Nélia Maria Pedro. 2000. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Lisboa.
- ARIM, Eva, RAMILO; Maria Celeste e FREITAS, Tiago. 2005. Mudança em curso e os média: o caso das relativas. In: MATEUS, Maria Helena Mira e BACELAR, Maria Fernanda. (Eds) *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho.

BACELAR, Maria Fernanda. 2006. *Corpora comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português*. Alfa 50:2. 189-204. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1419>

BRITO, Ana. Maria. 1991. *A sintaxe das orações relativas em Português*. Porto: Instituto Nacional de Investigações Científicas.

BRITO, Ana Maria e DUARTE, Inês. 2003. Oações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. p. 653-694.

COMRIE, Bernard. 1989. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell.

CORRÊA, Wilma Reche. 1998. *Oração Relativa: O que se fala e o que se aprende no português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas.

CRISTOFARO, Sonia. 2003. *Subordination*. Oxford: University Press.

DIK, Simon. 1989. *The theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause Dordrecht: Foris.

DIK, Simon. 1997. *The theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter.

FARIA, Inês. Hub e DUARTE, Inês. 1989. O paradoxo da variação: aspectos do Português Europeu. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 1. 21-27.

GALVES, Charlotte. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.

GONÇALVES, Perpétua. 1997. Tipologia de “erros” do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico. In: STROUD, Christopher e GONÇALVES, Perpétua (Orgs.). *Panorama do português oral do Maputo*. Volume II: A construção de um banco de “erros”. Maputo: INDE. p. 37-60.

GONÇALVES, Perpétua. 2010. Perfil dos estudantes universitários: áreas críticas e instrumentos de análise. In: GONÇALVES, Perpétua (Org.). *O português escrito por estudantes universitários: descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores. p. 15-50.

HENGEVELD, Kees e MACKENZIE, John Lachlan. 2008. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press.

HOPPER, P. 1991. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C. e HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins. p. 59-90.

KATO, Mary Aizawa. 1996. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary Aizawa. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 223-261.

KATO, Mary Aizawa; BRAGA, Maria Luíza et alii. 1996. 1996. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas, parte III, p. 303-368, In: KOCH, Ingedore. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp.

KEENAN, Edward. 1985. Relative clauses. In: SHOPEN Timothy (Ed.) *Language typology and syntactic description*. Vol. 2: Complex constructions. Cambridge: University Press. p. 141-70.

KEENAN, Edward; COMRIE, Bernard. 1977. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*. 8. 3-99.

KENEDY, Eduardo. 2007. *A antinaturalidade pied-piping em orações relativas*. (Doutorado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LABOV, William. 1972. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

LONGO, Beatriz Nunes Oliveira et alii. 1994. A relativização no português culto. *Alfa* 38. 165-180. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3962>

MACKENZIE, John Lachlan. 1992. English spatial prepositions in Functional Grammar. *Working Papers in Functional Grammar* 46. 25 p.

MOLLICA, Maria Cecília. 1977. *Estudo da cópia em relativas em português*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica.

NESPOR, Marina e VOGEL, Irene. 1986. *Prosodic Phonology*. Dordrecht and Riverton, NJ: Foris.

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo. 1995. *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

PERINI, Mário Alberto. 2010. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

PEZATTI, Erotilde Goreti et al. 2010. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português. *Lusorama* 81-82. 102-134.

RAPOSO, Eduardo. 1992. *Teoria da Gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho.

ROSS, John. 1967. *Constraints on variables in syntax*. Cambridge: MIT Press.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali e SMITH, Eric. 2005. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*, Department of Linguistics, University of Toronto. Software disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>.

SONG, Jae Jung. 2001. *Linguistic typology. Morphology and syntax*. London: Longmans.

TARALLO, Fernando. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*, University of Pennsylvania, PhD Dissertation.

TAYLOR, John R. 1989. *Linguistic categorization*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em: 08/08/2012

Aceito em: 17/09/2012
